

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/04/2014 - Edição 1028

Vigilantes de braços cruzados nos hospitais estaduais de Niterói e Itaboraí

Vigilantes da Cidade Judiciária paralisam atividades em Campinas



Cerca de 60 vigilantes que prestam serviços nos hospitais estaduais de Niterói e Itaboraí cruzaram os braços na sexta-feira, 11, por não receberem salários. A paralisação, que tem a assistência do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região, não tem previsão para encerramento. Este é o terceiro mês consecutivo que os trabalhadores sofrem com o não pagamento de salários.

De acordo com a Centauro, firma responsável pelos postos, não há previsão para regularização dos salários da categoria. A empresa alega que não recebe o pagamento do Governo do Estado já há alguns meses, totalizando uma dívida de R\$ 600 mil. A Centauro comunicou ao Sindicato que não tem como quitar os salários dos vigilantes.

O presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante, critica a falta de compromisso do Estado e da empresa com os trabalhadores.

“Todo mês os trabalhadores têm seus salários atrasados. Não é a primeira vez que o Estado não paga a fatura e, agora, a empresa alega que não tem como pagar os salários. E como fica o vigilante? Eles trabalharam o mês inteiro e querem receber os seus proventos. Essa situação não pode ficar assim. Estamos buscando meios de acionar o Estado e a empresa para garantir o pagamento já na próxima semana. Enquanto isso, os vigilantes vão permanecer de braços cruzados”, afirma Cláudio Vigilante.

Fonte: SVNIT

Os vigilantes que trabalham na Cidade Judiciária, em Campinas (SP), paralisaram as atividades na manhã desta terça-feira (15). Segundo o diretor do sindicato que representa a categoria Pedro Barbosa, os trabalhadores reivindicam regularização de pagamento e benefícios, além de melhores condições de trabalho. A paralisação começou às 6h, na troca de turno dos profissionais. De acordo com a diretoria do sindicato, o controle de entrada e saída de pessoas chegou a ficar comprometido no complexo no começo da manhã, já que pelo menos 15 vigilantes não trabalham nesta terça.

O acesso à Cidade Judiciária foi liberado, por volta das 9h30, por um funcionário do Fórum, segundo a entidade, mas vigias continuaram parados. No complexo estão instaladas todas as Varas que envolvem a Justiça estadual, além da sede do Ministério Público (MP) de Campinas. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) foi procurado para comentar o caso, mas não havia respondido aos questionamentos até esta publicação.

Fonte: G1

SINDVIG/PB consegue Decisão Liminar favorável aos vigilantes demitidos da empresa A Fortaleza Segurança



A diretoria do SINDVIG/PB comemora mais uma decisão favorável à categoria dos vigilantes.

No dia 31 de março, quase 100 vigilantes foram demitidos da empresa A Fortaleza Segurança, sem nenhuma comunicação prévia, amargando dois meses de salários atrasados e sem perspectiva alguma de receber as verbas rescisórias.

Diante deste quadro negativo, o SINDVIG/PB ingressou com medida

cautelar solicitando ao juiz do trabalho o bloqueio de todos os créditos que a empresa detinha junto ao tomador do serviço, que no caso é a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

O juiz do trabalho, Dr. André Avelar Aquino, ressaltou na decisão liminar que este fato é muito comum nas empresas de vigilância quando se chega ao fim do contrato, vejamos:

“Outrossim, situações semelhantes foram observadas anteriormente,

quando empresas especializadas em serviços de vigilância, após o rompimento do contrato com entes públicos, deixaram de quitar os débitos trabalhistas contraídos, colocando em risco a integridade dos trabalhadores, considerando a natureza alimentar dos salários.”

Segundo o presidente do SINDVIG/PB, Antônio Bezerra de Sousa, “acabou-se o tempo em que as empresas de vigilância davam o calote nos trabalhadores. Nesta gestão, o que nós mais preservamos é o respeito à dignidade do trabalhador, evitando que ele fique sem receber os seus direitos, pois não é só o trabalhador que sofre com o calote da empresa, mas toda a sua família.

A diretoria do SINDVIG/PB percorrerá os quatro campus da UFCG, nas cidades de Cuité, Patos, Sousa e Cajazeiras, no sentido de dar ampla divulgação da decisão favorável, para que os vigilantes se habilitem na ação cautelar do Sindicato e possam receber os seus créditos.

Fonte: Sindvig/PB

Defesa Agropecuária espera que prefeitura assuma vigilância de recinto

‘Jacob Tosello’ está sem funcionários para preservação patrimonial.

Orgão estadual aguarda transfêrencia sem tomar medidas ligadas ao caso.

A unidade da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo em Presidente Prudente informou que não irá buscar alternativas para solucionar a falta de



Defesa Agropecuária informou que não irá buscar alternativas para solucionar a falta de vigilantes no recinto (Foto: Reprodução/TV Fronteira)

vigilantes no Recinto de Exposições Jacob Tosello, que está sem o serviço de segurança desde o dia 17 de janeiro, quando 13 profissionais que atuam no local entraram em greve. De acordo com o responsável pelo escritório na cidade, Abílio Salvador Montes Gonçalves, a decisão foi tomada porque o local deixará de ser responsabilidade estadual e passará a ser administrado pelo Executivo municipal.

Conforme o diretor, está descartada qualquer possibilidade de ser instalada um processo para a procura de uma nova empresa que assuma estas funções de proteção ao patrimônio. Requisitar que a empresa responsável encarregue novos funcionários para os postos de trabalho também não está nos planos. “Não pensamos em tomar tais atitudes neste momento, já que o recinto ficará a cargo da prefeitura em breve”, diz.

Ainda segundo Gonçalves, para manter a segurança no local, foi encaminhado um ofício para a Polícia Militar e Polícia Ambiental, que pede reforço na segurança por parte dos órgãos estaduais. “Fizemos apenas isto, já que estamos envolvidos no processo de regulamentação, ou seja, preparando os documentos, para que o Jacob Tosello seja concedido para o governo municipal”, aponta.

A transferência do recinto, localizado às margens da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), foi anunciada em novembro de 2013 em visita do governador Geraldo Alckmin à cidade. Na ocasião, a prefeitura informou que instalaria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedepp) no espaço. A expectativa, na época, era utilizar o local para eventos rurais e leilões de carros, ainda naquele ano.

Conforme o responsável pela Sedepp, Aristeu Santos Penalva de

Oliveira, o contrato, que permite ao Executivo explorar as dependências do recinto, ainda não foi firmado. “Estamos conversando com a sede da Defesa Agropecuária em Campinas, onde ele é elaborado. Ainda não existe uma previsão sobre quando tudo estará concretizado”.

Quanto ao problema relacionado à paralisação dos vigilantes e a falta de funcionários para zelar pelo local, Oliveira diz ter conhecimento da situação, mas não quis comentar o caso.

Direitos na Justiça

Os 13 vigilantes que entraram em greve em janeiro moveram processos contra a Work System, empresa de São Paulo (SP) encarregada pela segurança no recinto e contratante dos mesmos, para a rescisão dos vínculos trabalhistas e o recebimento dos valores devidos, conforme o advogado do Sindicato dos Vigilantes de Presidente Prudente, Eduardo da Silva Costa.

Eles alegavam atraso no pagamento do 13º e parte do salário referente ao último mês de trabalho, além da falta de recolhimento de Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS). Até o momento, segundo o advogado, não houve um posicionamento oficial da empresa em relação à paralisação.

“Três deles já conseguiram decisões favoráveis, porém todas cabem recurso. Acreditamos que todos consigam avançar com suas ações”, declara Costa. Por telefone, o G1 foi informado de que a empresa “não tem nada a declarar sobre o assunto”.

Fonte: G1